

## Cadastros sociais e inclusão produtiva: a construção de uma rede efetiva de alcance social no Brasil

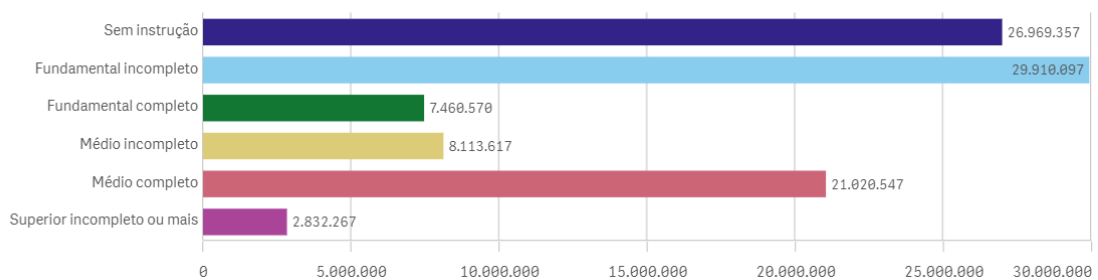
Emerson Braz

Recentemente o Banco Mundial tem apresentado estudos sobre o desempenho positivo de políticas públicas voltadas para emprego, renda e crédito através do uso de cadastros sociais. Inicialmente, destaca-se como esse instrumento, de extrema relevância, foi utilizado majoritariamente como um banco de dados e, posteriormente um programa de transferência de renda, para se tornar um relevante “centro de coordenação” de política econômica, proteção social e produtiva.

O primeiro estudo, “Gerando empregos em larga escala: como o Brasil está redefinindo o primeiro passo para o mercado de trabalho”, dos autores Iffath Sharif e Cecile Fruman (World Bank, 2025), destaca a transformação do Cadastro Único em ponte entre assistência social e mercado de trabalho, enquanto o segundo, “Para quem o registro social pesa?”, da autoria de Phillipe Leite e Luís Henrique Paiva (World Bank, 2025), aprofunda o debate em um contexto de maior volatilidade econômica, recorrentes climáticas de diferentes magnitudes e regionalismos e choques sociais.

Em ambos os estudos do Banco Mundial é ressaltada a capacidade e, também, pioneirismo do Brasil para com essas iniciativas. Um dos sistemas/registros citados faz referência ao Cadastro Único (CadÚnico), que consiste no principal programa de cadastro e registro de famílias de baixa renda no Brasil, tornando-se pré-requisito para o acesso à diferentes fontes de renda e benefícios de esfera governamental, que vão desde o programa Bolsa Família e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) já bastante consolidados em âmbito nacional, quanto em programas que envolvem infraestrutura e moradia como o Minha Casa, Minha Vida (Brasil, MDS, 2025).

### Pessoas por grau de instrução no CadÚnico - 05/2026

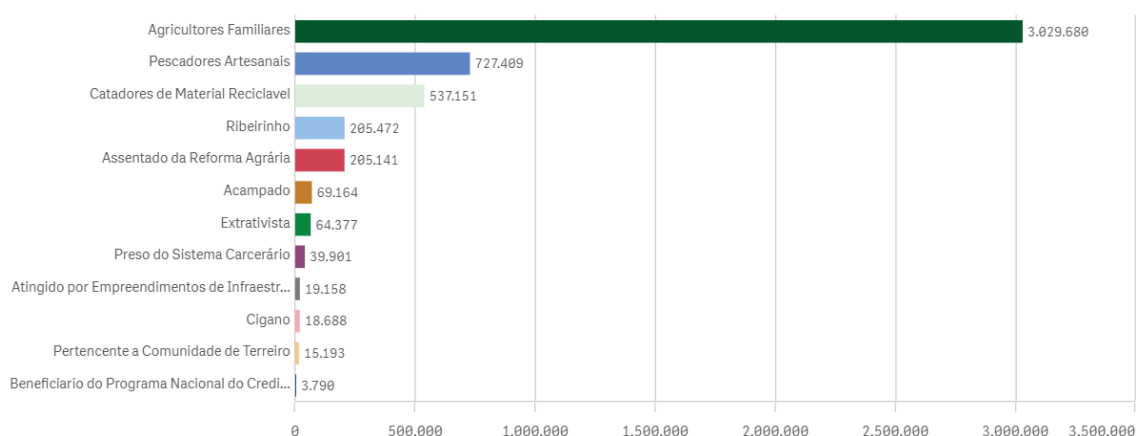


Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

O Brasil aparece como uma referência internacional pela escala e pela adaptabilidade de seu sistema. O Cadastro Único alcança aproximadamente 95 milhões de pessoas (2025/2026: Brasil, MDS), cerca de 43% da população brasileira, operando como base de acesso para múltiplos programas sociais e políticas de inclusão econômica (“Gerando empregos em larga escala: como o Brasil está redefinindo o primeiro passo para o mercado de trabalho”; “Para quem o registro social pesa”).

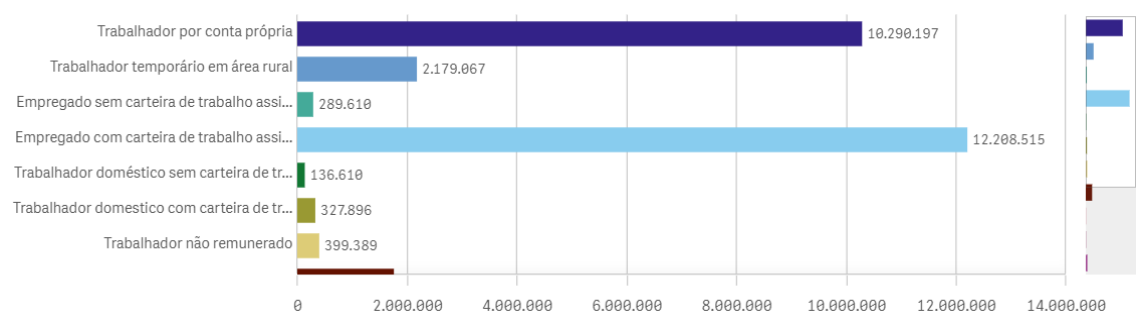
Entre os inscritos no Cadastro Único, 75% vivem em domicílios com renda inferior à metade do salário-mínimo; a taxa de desemprego entre os mais pobres alcança 44%; e, entre os ocupados desse grupo, 86% estão inseridos na informalidade (“Gerando empregos em larga escala: como o Brasil está redefinindo o primeiro passo para o mercado de trabalho”). Esses números demonstram uma preocupação relevante para o estudo do Emprego e da Renda no Brasil, em que, por muitas vezes não é a falta de ocupação o problema, mas a qualidade do emprego. Dessa forma, o indivíduo e as famílias estão ocupados, trabalham, mas não possuem uma renda digna de sua ocupação e/ou estão integrados em uma rede de baixíssimo valor agregado, que por muitas vezes está integrado a condições de vulnerabilidade social e uma baixa rede de proteção trabalhista. Dessa forma, o segundo estudo de forma complementar, amplia essa interpretação ao mostrar que sistemas de proteção social robustos se tornaram essenciais diante da intensificação de choques econômicos e climáticos, particularmente em economias periféricas marcadas por elevada instabilidade ocupacional (“Para quem o registro social pesa”).

### Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no CadÚnico - 05/2026



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

### Pessoas por Atividade de Trabalho Principal no CadÚnico – 05/2026



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Historicamente, políticas sociais focalizadas em países latino-americanos foram concebidas sobretudo como instrumentos compensatórios de mitigação da pobreza extrema. Nos estudos apresentados, porém, o Cadastro Único assume função mais abrangente de coordenação e acesso, capitalizando a transferência de renda, capacitação profissional, crédito (tanto social quanto para produção de micro e pequenos empreendedores), inclusão financeira

e, também, mitigação de questões climáticas específicas como foi o caso das enchentes no Rio Grande do Sul em 2023 e 2024 (Brasil, ANA 2025).

Além disso, o material apresentado pelo BM menciona agricultores familiares integrados a grandes compradores, mulheres transformando atividades domésticas em microempreendimentos e jovens acessando empregos formais via parcerias público-privadas (“Gerando empregos em larga escala: como o Brasil está redefinindo o primeiro passo para o mercado de trabalho”). Essa lógica, do uso dessa ferramenta de integração social alinhado a políticas públicas permanentes e/ou sociais, aproxima-se de uma visão na qual a proteção social não é vista como gasto passivo, mas como mecanismo de dinamização do mercado interno e ampliação das capacidades produtivas das camadas populares, visto que toda vez que uma parcela da renda é integrado a famílias que consomem quase que completamente este recurso, o efeito multiplicador (Investopedia, 2026) e a capilaridade da renda se torna um movimento dinâmico de integração de mercados regionais e de consumo.

O segundo estudo acrescenta um elemento relevante do dinamismo dos cadastros sociais, a argumentação perpassa para a problemática de registros estáticos, que tendem a perder eficácia rapidamente diante de choques econômicos, pois suas informações tornam-se obsoletas e dificultam respostas emergenciais (“Para quem o registro social pesa”). Outro dado relevante está em uma breve comparação entre modelos internacionais e mostra que, embora 52 países possuam registros sociais estruturados, nem todos apresentam forte cobertura. As regiões de América Latina e Caribe apresentam cobertura média de 45% da população, enquanto a África Subsaariana registra cerca de 20% (“Para quem o registro social pesa”). Logo, o diferencial brasileiro não estaria apenas na escala, mas na possibilidade de atualização contínua e utilização do cadastro como sistema ativo de gestão social.

Outra questão relevante destacada está na redução dos custos de operação que um cadastro on-line e o registro de diversas famílias prontos para serem utilizados proporcionam para o país. Nestas condições, imagine-se que, em um cenário onde os cadastros estatais de registro não existam e, condições climáticas desfavoráveis como secas e ou chuvas demais impactam a produção de pequenos agricultores, o Estado precisaria se mobilizar em mutirões, deslocar servidores e maquinário para que se coletasse informação e prestasse serviço para reaver a situação e prestar serviço social e política pública para estes públicos. Com o CadUnico e outras iniciativas, basta que haja tecnologia disponível e divulgação para que os afetados possam fazer uso deste benefício e, assim, mitigar os problemas regionais. O mesmo equivale para políticas de acesso à energia (gasolina, gás natural e etc.), infraestrutura e programas outros programas de emprego e renda. Assim, o sistema reduz os custos de coordenação estatal e amplia a eficiência distributiva do gasto público.

Outro ponto relevante é a incorporação das crises climáticas como eixo central da política social contemporânea. Os textos discutem que enchentes, pandemias e choques econômicos deixaram de ser eventos isolados e passaram a constituir componentes permanentes da dinâmica econômica global (“Para quem o registro social pesa”). Em países periféricos como o Brasil, isso amplia a relevância de sistemas de proteção social permanentes e adaptáveis.

Os estudos, portanto, convergem para uma visão na qual os cadastros sociais representam mais do que instrumentos estatais e de gestão, para se tornarem elementos centrais da capacidade estatal de organizar desenvolvimento social, estabilização econômica e inclusão produtiva. O Brasil aparece como exemplo de avanço institucional relevante,

especialmente pela combinação entre escala, coordenação federativa e integração programática. Contudo, permanece o desafio estrutural de transformar proteção social em mobilidade econômica sustentável.

#### Fontes

- Banco Mundial (World Bank). “Delivering Jobs at Scale: How Brazil Is Redefining the First Step onto the Jobs Ladder.” World Bank Blogs, 18 dez. 2025. Disponível em: World Bank Blogs. Acesso em: 29 maio 2026.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). “Cadastro Único.” Portal Gov.br. Disponível em: Cadastro Único – Gov.br. Acesso em: 29 maio 2026.
- Banco Mundial (World Bank). “For Whom the Social Registry Tolls.” World Bank Blogs – Latin America and the Caribbean, 25 set. 2025. Disponível em: World Bank Blogs – Social Registry Tolls. Acesso em: 29 maio 2026.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). “VIS Data – Cadastro Único e Programas Sociais.” Disponível em: VIS Data MDS. Acesso em: 29 maio 2026.
- Brasil. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). “Estudo aponta que enchentes de 2024 foram o maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes.” Portal Gov.br, 2025. Disponível em: ANA – Estudo sobre enchentes no RS. Acesso em: 29 maio 2026.
- Investopedia. “What Is the Keynesian Multiplier?” Investopedia. Disponível em: Investopedia – Keynesian Multiplier. Acesso em: 29 maio 2026.